



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679979 - BA (2021/0218454-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOCTA TRINDADE DE ANDRADE
ADVOGADO : JOCTÃ TRINDADE DE ANDRADE - BA065502
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : MARCO VINICIO SANTOS SENA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCO VINICIO SANTOS SENA em que se aponta como autoridade coatora desembargador do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8016293-59.2021.8.05.0000).

O paciente cumpre penas de 11 anos, 4 meses e 20 dias de reclusão. Preenchidos os requisitos necessários, foi-lhe concedida a progressão ao regime semiaberto.

Inexistindo vaga em estabelecimento adequado ao novo regime, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que, monocraticamente, não conheceu da ordem, por inadequação da via eleita.

O impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de execução, uma vez que estaria cumprindo a reprimenda em regime mais gravoso, não obstante ter tido a progressão reconhecida e deferida.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da prisão domiciliar até que haja vaga no estabelecimento adequado ou o paciente alcance a progressão ao regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça, principalmente porque os elementos dos autos informam que o Juízo de primeira instância vem adotando as providências requeridas

pela defesa.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente